



JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ano VI Nº 171- Rio de Janeiro, de 16 a 30 de abril de 2008

Rafael Wallace



Próxima estação: respeito

● NESTE NÚMERO

Começam os preparativos para a quarta edição do Parlamento Juvenil
PÁGINAS 3

Sugestões de associações viram leis que beneficiam o cidadão fluminense
PÁGINAS 4 e 5

Olney Botelho mostra que Política se faz com empreendedorismo
PÁGINA 12

Problemas enfrentados por usuários de transportes coletivos tornam-se bandeira de luta dos deputados, que criticam o mau serviço prestado

Precisa melhorar. Esta é a frase mais ouvida quando o assunto é o sistema de transportes aquaviário, metroviário, ferroviário e urbano do estado. Nos últimos meses, inúmeras queixas têm chegado à Alerj dando conta do colapso nestes serviços. Passageiros reclamam das longas filas, de vagões e embarcações lotados, de problemas na qualidade do ar e da falta de preparo das equipes das concessionárias, dentre outros. O Poder Legislativo, que possui duas comissões específicas para tratar o tema, embarcou nas denúncias e tem realizado audiências, atos públicos e conferido, *in loco*, a má qualidade do atendimento.

O **JORNAL DA ALERJ** listou as principais queixas dos usuários e ouviu os deputados que, além de utilizarem os transportes fluminenses, criaram leis e projetos para defender um dos mais básicos direitos do cidadão, o de ir e vir. Numa coisa, pelo menos, todos os parlamentares concordam: regras e normas básicas das concessões não estão sendo cumpridas, assim como também estão sendo desrespeitados os passageiros. “O serviço hoje é pior do que na época em que era administrado pelo Governo”, reforça a presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Casa, deputada Cidinha Campos (PDT).

PÁGINAS 6, 7 e 8

FRASES

“ Não há um município da Região Metropolitana que possa dizer que aplicará uma política pública isolada. Os problemas da cidade do Rio são metropolitanos; os problemas do município de Duque de Caxias são metropolitanos, como também são os de Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, São João de Meriti e outros ”

Luiz Paulo (PSDB), afirmando que os municípios têm que desenvolver uma ótica metropolitana das políticas públicas.

“ A realidade é que, em cada dez amputações de membros inferiores, estima-se que sete sejam decorrentes de complicações da diabetes ”

Nilton Salomão (PMDB), fazendo um apelo às autoridades, para que o assunto seja tratado com mais atenção.

Rafael Wallace



“ É preciso estarmos vigilantes, atentos, e, se for o caso, estabelecer uma comissão de acompanhamento dessas legislações que estão sendo votadas em Brasília, visando à alteração dos royalties de petróleo ”

Sabino (PSC), sobre o movimento em Brasília para busca de uma modificação da lei dos royalties do petróleo, o que traria prejuízo para o Rio de Janeiro.

CONSULTA POPULAR

● **Meu pai sofreu um ataque cardíaco dentro de um shopping. Tivemos que pedir socorro e o transporte dele até o hospital mais próximo demorou bastante. Gostaria de saber se existe alguma lei que diga que o local deva ser responsável pelo socorro de seus clientes.**

Liliane Neri, Curicica, Rio de Janeiro



Deputado Chiquinho da Mangueira (PMDB)

● O projeto de lei 1.413/08, de minha autoria, em tramitação na Assembleia Legislativa, obriga os grandes shoppings a terem uma ambulância de plantão desde o horário de abertura

até o fechamento, para transporte de pacientes em estado grave. Essa é uma lei que vai beneficiar muito a população. Não é a primeira vez que acontece um problema deste tipo, e os shoppings simplesmente não assumem nenhuma responsabilidade em relação aos seus clientes. A partir do momento em que essa lei for aprovada, os shoppings vão ser obrigados a ter um médico e uma ambulância para prestar atendimento imediato.

ALÔ, ALERJ “Ganhei bônus que me beneficiaram”

André Pereira Dionísio, 26 anos, teve o financiamento para a casa própria, em Caxias, aprovado



Zô Guimarães

“Fiquei seis meses tentando conquistar o financiamento que concedia a minha casa própria. A financiadora havia me alertado que eu teria dificuldades por não possuir o perfil desejado, pelo fato de ser muito jovem, o que não me excluía dos requisitos exigidos. Tinha estabilidade financeira comprovada e nunca tive dívidas em meu nome. Mesmo que houvesse um motivo justo e legal para negação do pedido, este deveria ser mencionado, pois eu merecia uma resposta para tomar outra medida. Foi aí que resolvi

procurar o Alô, Alerj. Fiquei surpreso com a mudança de conduta da financiadora, que se mostrava negligente anteriormente, e, dez dias depois do contato com a Alerj, aprovou o pedido que, até então, o sistema não aceitava. Ainda ganhei bônus que me beneficiaram, e a aprovação da renda da minha mulher em conjunto, que, antes, não era permitida, passou a ser. Estamos muito satisfeitos na casa nova. Tive total êxito com meu pedido junto à financiadora, mas sei que não teria sem a ajuda do Alô, Alerj.

EXPEDIENTE



ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Presidente
Jorge Picciani

1º Vice-presidente
Coronel Jairo

2º Vice-presidente
Gilberto Palmares

3º Vice-presidente

4º Vice-presidente
Gerson Bergher

1ª Secretária
Graça Matos

2º Secretário
Zito

3º Secretário
Dica

4º Secretário
Fabio Silva

1º Suplente

2º Suplente
Armando José

3º Suplente
Pedro Augusto

4º Suplente
Edino Fonseca

JORNAL DA ALERJ
Publicação quinzenal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Jornalista responsável
Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenação: Geiza Rocha e Everton Silvalima

Reportagem: Luciana Ferreira, Fernanda Porto e Marcela Maciel

Estagiários: Ana Beatriz Couto, Camila de Paula, Carla Boechat, Fabiano Veneza, Karina Moura, Natalia Alves e Zô Guimarães

Fotografia: Rafael Wallace

Diagramação: Daniel Tiriba

Telefones: (21) 2588-1404/1383
Fax: (21) 2588-1404
Rua Primeiro de Março s/nº sala 406
CEP-20010-090 – Rio de Janeiro/RJ
Email: dcs@alerj.rj.gov.br
www.alerj.rj.gov.br

Impressão: Gráfica da Alerj
Coordenação: Leandro Pinho
Montagem: Bianca Marques e Rodrigo Graciosa

Tiragem: 2 mil exemplares

Dúvidas, denúncias e reclamações: 0800 22 00 08

PARLAMENTO JUVENIL

Voto contra o aquecimento global



Zé Guimarães

Alunos da Escola Técnica Henrique Lage escolheram um entre dois candidatos a parlamentar juvenil

Primeiro turno das eleições marca o início da quarta edição do projeto iniciado em 2003

MARCELA MACIEL

Com o primeiro turno das eleições internas para o Parlamento Juvenil, foi dada a largada para a realização de mais uma edição, a quarta, do projeto, que traz muitas novidades para 2008. Pela primeira vez, em cinco anos de criação, haverá um tema central que norteará os debates: o aquecimento global. “O Parlamento Juvenil é um instrumento de conscientização. Queremos que os estudantes cheguem aqui com idéias que incentivem a atitude de cada um em relação ao meio ambiente, e, assim, provocá-los e ver o que sugerem em relação ao consumo de energia, à utilização da água, à destinação do lixo e a diversas outras questões que o tema abrange”, explica o coordenador-geral, Arlindenor Pedro de Souza, que também destaca a participação do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio (Cap-Uerj) como mais uma novidade desta nova fase.

Para motivar os alunos e fazê-los se aprofundar em um assunto que mobiliza o mundo todo, a Alerj lançou uma mesma pergunta aos 523 inscritos neste primeiro turno das eleições juvenis: “O meio ambiente e o aquecimento global – qual a sua atitude?”. As oito fundações de Apoio à Escola Técnica do Estado (Faetecs) e os 180 colégios da rede estadual de Educação responderam com a escolha, nos dias 28 e 30 de abril, do representante que elaborou a melhor resposta – ele irá defender sua unidade no segundo turno do pleito, em 26 de maio. O processo de votação movimentou as escolas. Na Escola Técnica Henrique Lage, em Niterói, cerca de mil estudantes escolheram entre dois candidatos o parlamentar juvenil da instituição.

Do total de inscritos em todo o estado, apenas 190 foram selecionados para a próxima fase – desses, apenas 45 participarão do Parlamento Juvenil, que será realizado entre 23 e 29 de novembro de 2008 na Alerj. O objetivo de centralizar as idéias dos jovens estudantes em um único tema, segundo o coordenador-geral, é motivar os jovens a elaborar propostas que possam ajudar a modificar o desastre ambiental criado pelo aquecimento.

Arlindenor salienta que, nesta edição, o número de participantes superou em 60% a edição anterior.

Embora os projetos devam, obrigatoriamente, apresentar soluções e idéias para a diminuição do aquecimento global, o meio ambiente não reinará absoluto. Para Mariana Silva Martins, de 15 anos, aluna da Henrique Lage, entender o processo de elaboração de leis leva os estudantes a se interessarem mais por Política. “Toda a movimentação, desde a eleição de nossos colegas até a apresentação de suas propostas, a realização de suas campanhas eleitorais e a própria eleição, nos motiva muito. Nossa empolgação nos faz participar do projeto e isso faz pensar nos problemas e nos leva ao entendimento de como a Política funciona”, avalia.

As eleições regionais desta quarta edição, quando os jovens receberão cursos de capacitação, irão ocorrer entre 1º de agosto e 30 de setembro de 2008. O Parlamento Juvenil foi criado em 2003, pelo presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), com o objetivo de aproximar os alunos da Política e de tornar os estudantes mais participativos e conscientes.

INICIATIVA POPULAR

União que faz a força

Divulgação Detran/RJ



A lei que obriga as oficinas mecânicas a afixarem os preços dos serviços em cartazes visíveis foi sugerida por alunas de um curso de mecânica

Associações e entidades de classe vêm suas sugestões feitas ao Parlamento transformarem-se em leis

DA REDAÇÃO

Se a Assembléia Legislativa do Rio é a Casa do Povo, nada mais natural que associações de classes, moradores, grupos civis organizados ou simplesmente um conjunto de pessoas também sejam responsáveis por muitas das reivindicações que se tornam leis e projetos de lei no estado. Nos últimos meses, propostas que nasceram de idéias coletivas chegaram aos deputados, que, sensibilizados, acabaram transformando muitas delas em textos legislativos. “Parte das idéias aparece nas audiências que são realizadas aqui na Alerj e, com isso, vamos dando voz à população que, muitas vezes, traz para os parlamentares questões e discussões que desconhecíamos”, explica o deputado Paulo Ramos (PDT), que, este ano,

já teve dois projetos com essas características aprovados no Plenário.

Algumas das sugestões acabam sendo avalizadas pelo Governo do estado e se transformam em leis. Foi o que aconteceu com as alunas do curso *Mecânica do Batom*, ministrado, em 2005, pela Escola do Legislativo do Estado do Rio em parceria com o Detran/RJ. Cansadas de serem enganadas em algumas oficinas, elas sugeriram ao Parlamento a criação de um projeto para a fixação, em lugares visíveis, da tabela de preços dos serviços automotivos. A idéia foi encampada pelo deputado Marco Figueiredo (PSC) e já se transformou na Lei 5.216/08, sancionada pelo governador Sérgio Cabral em 9 de abril. “O Executivo sinalizou a preocupação com a transparência das informações deste setor, que costumava tratar as mulheres com desrespeito e preconceito ao alterar valores de serviços prestados para elas”, comemora o deputado.

Outra idéia coletiva que está vigorando como lei surgiu das observações da



“ Os estabelecimentos e oficinas que realizam reparos ou revisão em veículos que não cumprirem a lei estarão sujeitos a multas que variam de 500 a mil Ufirs, dependendo da reincidência. Estou muito satisfeito em contribuir para a solução de um problema recorrente ”

Deputado Marco Figueiredo (PSC)

INICIATIVA POPULAR

Associação de Diabetes de Teresópolis (ADT). Natural da cidade, o deputado Nilton Salomão (PMDB) decidiu criar um projeto, junto aos ex-deputados Sérgio Cabral e Paulo Pinheiro, para definição de uma política de prevenção e atenção integral aos portadores da doença. O texto, que consta da Lei 3.885/02, ainda não foi implantado. “Vou me reunir com o secretário de Estado de Saúde, Sérgio Côrtes, para discutir essa política, pois o diabetes é uma epidemia”, alerta Salomão, acrescentando que, hoje, cerca de dez milhões de pessoas vivem com a doença no Brasil. A sanção da lei veio ao encontro de um desejo antigo dos diabéticos fluminenses. “Uma política desse tipo é muito importante, pois pode ajudar as instituições a manterem as doações e auxilia na divulgação de campanhas educativas. O diabético precisa ter garantia de que pode levar uma vida normal”, assegura a presidente interina da ADT, Neiva Gonçalves Branco.

Numa das audiências da Comissão de Trabalho, presidida pelo pedetista Ramos, surgiu a idéia da obrigatoriedade da realização de exames preventivos de câncer de mama e do colo do útero em servidoras públicas – a discussão desembocou no projeto de lei 1.144/07,

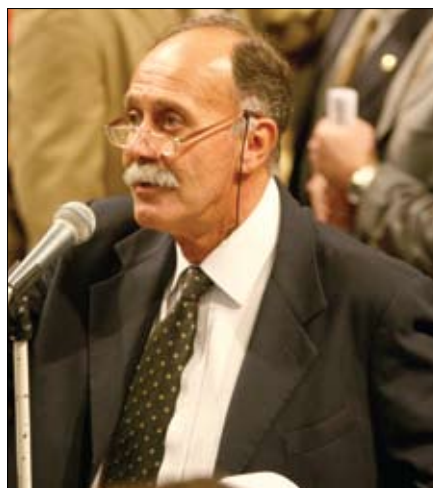
que foi aprovado pela Casa em 24 de abril. O deputado admite que a sugestão partiu do Centro Campos da Paz de Proteção à Mulher. “Muitas mulheres já foram informadas sobre a importância da realização dos exames, mas não encontram unidades de atendimento. Esperamos, agora, que esse projeto se torne lei e, assim, tenhamos uma vitória na luta”, invoca Maria Helena Campos da Paz, responsável pelo centro.

Outros que também poderão ser beneficiados a partir de um projeto do deputado Paulo Ramos já aprovado e elaborado a partir de uma sugestão coletiva são os animais. O projeto 1.044/07, que cria um selo a ser concedido às instituições que tenham investido em ações de defesa dos animais, foi sugerido por alunos da turma de 2006 de Marketing da Faculdade Cândido Mendes. As ações coletivas não param por aí. A comemoração pelo Dia dos Recicladores, a instalação de brinquedotecas em hospitais, cotas para mulheres nos programas de esporte do estado e a permissão para a utilização de bermudas por motoristas de ônibus e de táxis, dentre outros, também figuram como temas que associações conseguiram transformar em projetos que estão tramitando na Alerj.



“ Caso o número de doentes continue crescendo, do mesmo modo que vem acontecendo com a dengue, o Governo do estado não terá condições de dar suporte aos portadores de diabetes. A taxa de amputações já é bastante elevada. São dados que exigem atenção e ação ”

Deputado Nilton Salomão (PMDB)



“ A responsabilidade social é hoje uma das formas mais utilizadas pelas empresas para obtenção de retorno com relação à imagem de suas marcas e produtos. Instituições que promovem ações na causa animal desenvolvem trabalho significativo ”

Deputado Paulo Ramos (PDT)

Sugestão legislativa



Fotos: Rafael Wallace

Desde 2001 funciona no Congresso Nacional a Comissão de Legislação Participativa (CLP), criada para possibilitar a qualquer pessoa física ou jurídica a apresentação de propostas legislativas. Durante esse tempo, 589 sugestões da sociedade foram apresentadas, sendo que 188 delas converteram-se em proposições formais. Com base em todos esses dados, o deputado do Psol Marcelo Freixo (*foto*) protocolou um projeto de resolução que acrescenta artigo ao Regimento Interno da Casa possibilitando a participação da sociedade civil através de Sugestão Legislativa, apresentada por associação, órgão de classe, sindicato ou entidade, sediados ou com atuação no estado, desde que regularmente constituídos e de fins lícitos, com exceção de partidos políticos representados na Alerj.

“Trata-se de proposição que visa a aproximar a sociedade do Parlamento, permitindo meios mais acessíveis de submeter os pleitos à apreciação legislativa, superando-se o déficit participativo verificado até aqui”, justifica o parlamentar. Dessa forma, Freixo também quer aumentar a participação popular, já que, atualmente, além do contato direto com os deputados e de outros canais criados pela Alerj, como o Alô, Alerj, a proposição de leis pode ser feita através de projetos de Iniciativa Popular. Para que um projeto dessa envergadura seja aceito, são necessárias assinaturas de 0,2% do eleitorado do estado – 21.783 pessoas no Rio –, distribuído em 10% dos 92 municípios fluminenses.

Crônica de um caos anunciado

Acidentes nas barcas e má qualidade do ar nas estações do metrô são alguns dos problemas enfrentados por passageiros no estado

EVERTON SILVALIMA,
NATALIA ALVES E KARINA MOURA

Com acidentes, atrasos, problemas de acessibilidade e má qualidade do ar respirado no interior de estações, não é muito difícil perceber por que caminhos andam os transportes no estado do Rio hoje. Especialistas comentam que o futuro do sistema aponta para a saturação, mas, a fim de evitar que o caos anunciado seja antecipado, deputados têm se mobilizado em favor da melhoria dos serviços. Para tanto, leis, abaixo-assinados, representações no Ministério Público (MP) e outros recursos já foram utilizados. “Estamos lutando pelo cumprimento do que está previsto nos contratos de concessão e pelo respeito à população que paga altas tarifas por um serviço que tem sido mal prestado”, declara o deputado Gilberto Palmares (PT), que preside uma comissão especial para estudar as condições e propor melhorias do sistema aquaviário do estado.

Os problemas ocorridos em águas fluminenses com barcas e aerobarcos deixaram nervosos muitos usuários das concessionárias Barcas S/A e Transtur. Para discutir as queixas, que englobam, dentre outras, falta de informação sobre horário de partida das embarcações e de ventilação no interior da Estação Araribóia, em Niterói, enormes filas nos horários de pico e superlotação das embarcações, Palmares e o presidente da Comissão de Transportes da Alerj, deputado Marcelo Simão (PHS), foram à Praça XV, Centro do Rio, no dia 16 de abril, para conversar com a população. O petista conseguiu 2.666 assinaturas para um abaixo-assinado contra as prestadoras do serviço.



Rafael Wallace

Simão realizou ainda uma audiência pública para discutir os novos acidentes acontecidos em 2008 – um ano antes, uma série de problemas também afetou o sistema aquaviário, deixando alguns feridos nas travessias pela Baía de Guanabara. “Fiz uma viagem com o secretário de Estado de Transportes, Julio Lopes, e pude perceber inúmeros problemas que precisam ser urgentemente resolvidos. Enviamos diversos requerimentos de informação às concessionárias, que não foram respondidos”, revela o parlamentar. Membro da comissão da Alerj, o deputado Dionísio Lins (PP) uniu-se aos queixosos e jogou mais lenha na fogueira ao denunciar que as concessionárias estavam impedindo que o Legislativo

anunciasse as audiências com a afixação de cartazes nas estações.

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Casa, a deputada Cidinha Campos (PDT) diz ser totalmente solidária à insatisfação dos usuários das barcas. “Diariamente, recebo, em meu gabinete, e-mails que dão conta dos mais diversos casos de desrespeito aos passageiros. Temos que agir, pois não podemos deixar que esse serviço vá por água abaixo”, indigna-se. Para que não ocorra o que teme a pedetista, o petista Palmares entrou, no dia 30 de abril, com uma representação no MP em que exige uma maior fiscalização do sistema aquaviário por parte da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do estado (Agetransp).



Fabiano Veneza

Enquanto usuários das barcas utilizaram a Estação Praça XV (esq.) como palco para um ato público contra os serviços prestados, passageiros do metrô, como as estudantes e irmãs Tiemi e Paula Martins (alto), reclamam da qualidade do ar no interior das estações. Após pesquisa feita pela Uerj, onde os problemas foram constatados, o deputado Fernando Gusmão (dir.) apresentou projeto de lei obrigando a concessionária Oporttrans a monitorar o ar nas plataformas metroviárias. Aprovado em plenário, o projeto tornou-se a Lei 5.212/08, que determina ainda a divulgação dos resultados em painéis afixados em local visível



Fabiano Veneza

Pelo menos duas vitórias já foram conquistadas após a intervenção das comissões da Alerj: a disponibilização dos horários de chegada e partida das barcas no site da Secretaria de Transportes (www.transportes.rj.gov.br) e a retirada de painéis publicitários que impediam uma melhor circulação de ar na Estação Araribóia. O problema que envolve o ar respirado nas estações também acomete outro meio de transporte: o metrô. Para melhorar a situação, o governador Sérgio Cabral sancionou a Lei 5.212/08, de autoria do deputado Fernando Gusmão (PCdoB), que torna obrigatório o monitoramento no interior das estações enterradas do sistema metroviário.

Segundo pesquisa da Universidade do Estado do Rio (UERJ), seis das sete estações do metrô analisadas estavam fora dos padrões para qualidade do ar. Apenas a Estação Cantagalo, em Copacabana, mostrou-se satisfatória, ao contrário das estações Botafogo, Cateete, Carioca, Central, Estácio e Saens Peña. “O monitoramento será feito em tempo real e os resultados da medição serão exibidos em painel digital instalado em local visível, sempre lado a lado com os parâmetros aceitáveis estabelecidos por lei”, diz Gusmão, que pretende fazer também com que a empresa implante um sistema de controle dentro das composições. A ideia foi aprovada pelas estudantes

Tiemi Martins, 27 anos, e a irmã, Paula, 22, usuárias do metrô. “Fica todo mundo dentro dos vagões lotados respirando aquele ar, que, de acordo com a pesquisa, não está apropriado. Isso assusta”, garante Paula.

Mas o ar não é o único calcanhar de Aquiles do metrô. De acordo com a presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência da Alerj, deputada Sheila Gama (PDT), várias estações dos sistemas metroviário, ferroviário e urbano não contemplam rampas nem elevadores para a acessibilidade de PPDs. “É preciso conscientizar o poder público, privado e a sociedade civil de que a acessibilidade não é apenas um detalhe”, afirma Gama.

CAPA

Zô Guimarães



Comissão quer serviços nos eixos

A Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa do Rio, instalada em 14 de fevereiro de 2007, tem se dedicado a fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias em todo o estado. Em virtude dos problemas que têm acontecido, trabalho não falta. Composta pelos deputados Marcelo Simão (PHS), presidente; Sula do Carmo (PMDB), vice-presidente; Mário Marques (PSDB), Paulo Melo (PMDB) e Dionísio Lins (PP), membros efetivos, a comissão já abordou diversos temas ligados ao assunto. Dentre os que mereceram maior atenção estão a retirada de circulação de ônibus na Avenida Rio Branco (foto), a expansão do metrô e a duplicação da Rodovia Presidente Dutra. Confira algumas ações da comissão:

- A primeira audiência da comissão debateu proposta contida no programa Rio Bus, desenvolvido pela Prefeitura do Rio entre 1997 e 2001, de livrar os prédios históricos do corredor cultural do Centro do Rio do fluxo intenso de veículos na Avenida Rio Branco, uma das mais movimentada da capital.

- Na reunião que discutiu proposta de expansão do metrô pela concessionária Opportrans, ficou claro para o presidente da comissão que o plano não era o ideal. Foram apresentadas, então, duas alternativas: uma de construção de mais duas novas estações ligando a Linha 2 à Praça XV e outra para finalizar os três quilômetros restantes da Linha 2. "Uma obra que irá demorar dois anos para ser feita e só resolverá o problema por cinco anos é paliativa", sentenciou Marcelo Simão.

- A má qualidade na prestação dos serviços e os diversos acidentes envolvendo barcas na travessia da Baía de Guanabara já mobilizavam a comissão em abril de 2007, mês em que ocorreram vários acidentes. A comissão fez reunião, participou de audiência pública na Agetransp e realizou ações que contribuíram para que algumas barcas saíssem de circulação e uma ouvidoria fosse montada pela Secretaria estadual de Transportes nas estações Praça XV e Araribóia.

- No final do ano, a comissão transferiu seus trabalhos para a Câmara de Vereadores de São João de Meriti, onde foi apresentado um plano de duplicação de 4,5 quilômetros da Rodovia Presidente Dutra.

Deputados se unem à população



"Nosso objetivo é mobilizar e unir os cidadãos fluminenses que utilizam o sistema aquaviário para lutarem por melhorias. Vamos realizar vários atos públicos. Estamos listando uma série de irregularidades cometidas pelas concessionárias, e colhendo assinaturas de usuários insatisfeitos. Assim vamos sensibilizar o poder público."

Deputado Gilberto Palmares (PT)



Fotos: Rafael Wallace

"Fizemos um relatório sobre acessibilidade nas estações de metrô com maior demanda, tais como Botafogo e Catete, e pudemos perceber que a maioria não possui piso tátil e nem elevadores para que os cadeirantes tenham acesso às plataformas. Enviamos esse documento para o governador, pois todo cidadão tem direito de utilizar o meio de transporte que preferir."

Deputada Sheila Gama (PDT)



"Durante a travessia no percurso Rio-Niterói, ouvimos várias queixas da população, sendo que muitas se referiam ao afunilamento e à superposição de filas. Por isso, sugerimos, junto ao secretário Julio Lopes, a mudança do local das bilheteria na Estação Praça XV, além do aumento da cobertura para proteger os passageiros em dias de chuva"

Deputado Marcelo Simão (PHS)



"A Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj entrou com duas ações contra a concessionária Barcas S/A, mas ainda não obteve resposta. Estou no Rio há 35 anos e nunca vi um serviço tão ruim e desrespeitoso como o das barcas. As pessoas pagam para ter um atendimento que consegue ser pior do que na época em que a responsabilidade era do estado."

Deputada Cidinha Campos (PDT)

JUVENTUDE

Comissão irá às ruas

Objetivo é conscientizar jovens e utilizar a prevenção como forma de combater o uso de drogas no estado

LUCIANA ALMEIDA

Ir às ruas contra as drogas é a base do programa que está sendo elaborado pela Comissão de Prevenção ao Uso de Drogas e Dependentes Químicos em Geral da Alerj. De acordo com o presidente da comissão, deputado José Nader (PTB) (foto), para estreitar o contato com os jovens é fundamental ir até eles. “A comissão irá promover palestras de conscientização em escolas públicas e privadas. Esperamos, com isso, atuar na prevenção ao uso de drogas de modo mais eficaz”, explicou o parlamentar durante a audiência “Drogas: o mal do século”, organizada pela comissão no último dia 28 de abril, no Auditório Senador Nelson Carneiro. A conscientização, como pretendia o deputado, começou no próprio encontro, que teve seu público formado principalmente por estudantes universitários do curso de Serviço Social. “Temos interesse em ouvir a opinião dos jovens para que eles possam contribuir na definição dos procedimentos que a comissão irá adotar, como a elaboração de leis, por exemplo”, convidou Nader.

Além de promover palestras, a comissão também trabalha junto ao Poder Executivo para ampliar o número de clínicas e profissionais voltados para o cuidado com dependentes químicos. “Atualmente o Estado do Rio só tem três clínicas, em Barra Mansa, Campo Grande e Vassouras, e cada uma pode ter, no máximo, 90 leitos. Além do número insuficiente de vagas, o estado ainda atrasa o pagamento destes locais de tratamento”, lamentou o deputado. Para que o Poder Executivo regularize esta situação, a comissão tem promovido reuniões com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e com representantes de unidades hospitalares utilizadas para reabilitação, em busca de uma solução negociada.

Para o coordenador do Programa Phoenix Auto-Estima do Exército brasileiro e membro do Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (Caps-AD) Viva

“Temos interesse em ouvir a opinião dos jovens para que eles possam contribuir na definição dos procedimentos que a comissão irá adotar”

Deputado José Nader (PTB)



Vida de Itaguaí, o psiquiatra e major do Exército Marco Barreto, o fato de se discutir a dependência química em uma Casa legislativa é importante pelo aspecto “multifatorial” da doença. Segundo ele, a dependência se baseia no tripé droga-indivíduo-ambiente, sendo este último fator fortemente relacionado com a política. “Na prevenção primária, que ocorre antes de o indivíduo experimentar a droga, o poder público pode atuar na capacitação de agentes multiplicadores. Na secundária, que é o tratamento, o estado deve fornecer assistência integral à saúde do dependente e treinar seus profissionais para lidar com esta doença. Atualmente o dependente é estigmatizado e os atendentes não sabem para onde encaminhá-lo. Em relação à terceira fase, da reabilitação e ressocialização, o poder público pode influir em diversas áreas, seja através de pequenos atos, como a gratuidade no transporte para dependentes em reabilitação, ou de programas mais complexos, como os de capacitação ou requalificação profissional”, detalhou Barreto.

O problema do narcotráfico foi abordado durante a audiência pelo coordenador dos trabalhos da comissão, professor Ney Matos. Durante sua palestra, Matos

ressaltou duas mudanças recentes no comércio de drogas: a estruturação do tráfico como uma empresa e a chegada do crack ao Rio de Janeiro. “O perfil mudou. Se antes o traficante era um jagunço da favela, que mal sabia falar, hoje ele está dentro das universidades, dos condomínios e do barzinho de sexta-feira à noite. O tráfico busca oferecer ao seu consumidor um produto de boa qualidade, trabalha com propaganda e tem estratégias de promoção de seus integrantes. Ele seleciona os trabalhadores e quer qualificação”, descreveu Matos. Para ele, no entanto, o maior perigo está na disseminação do uso do crack no Rio de Janeiro. “Crianças de seis, sete anos, estão trocando solventes por essa droga. Não nasceram criminosas. São crianças de rua, sem família ou com famílias que as tratam mal. São espancadas, obrigadas a pedir dinheiro, passam fome e, quando detidas, dividem o mesmo espaço com homicidas. E, agora, passaram a consumir crack. Que futuro podemos esperar dessas crianças?”, alertou. Participou também da audiência a presidente da Comissão de Prevenção às Drogas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, vereadora Silvia Pontes (DEM).

Zô Guimarães

CURTAS

Zô Guimarães



Homenagem ao patrono

Cerca de 300 policiais militares participaram, no dia 21 de abril, de uma cerimônia cívico-militar em homenagem aos 216 anos da morte de Tiradentes, patrono das PMs de todo o Brasil. Realizado nas escadarias do Palácio Tiradentes, o evento contou com a presença do presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Alerj, deputado Wagner Montes (PDT), e do deputado Paulo Ramos (PDT), major-reformado da corporação, que representou o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB). De acordo com o comandante-geral da instituição, coronel Gilson Pitta Lopes, a data serve para preservar, na PM, o ideal de liberdade legado por Tiradentes: "Reverenciar nosso patrono é demonstrar o quanto a sua luta é importante para todos nós", afirmou.

Orçamento da UERJ

A Comissão de Educação da Alerj, presidida pelo deputado Comte Bittencourt (PPS), realizou, no dia 30 de abril, uma audiência pública na Capela Ecumênica da Universidade do Estado do Rio, no Maracanã, para discutir a execução orçamentária da instituição. O reitor Ricardo Vieiralves anunciou para maio a liberação de metade dos R\$ 12 milhões que foram conseguidos a partir de intervenção da comissão. "Esses recursos serão aplicados na construção do restaurante universitário, no Hospital Universitário Pedro Ernesto e em infra-estrutura", explicou Bittencourt.

CULTURA

Aberto à visitação

Para Rede de Educadores em Museus é preciso diminuir distância entre a educação formal e a não-formal

CAMILA DE PAULA

O Palácio Tiradentes abriu suas portas, no dia 28 de abril, para o encontro da Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais (REM). A reunião, que acontece todo mês em uma das 25 instituições filiadas, foi realizada pela primeira vez na Alerj. O encontro, que visa a promover a troca de experiências entre professores e representantes de museus e de outras instituições ligadas à memória e ao patrimônio histórico e cultural fluminense, teve como tema o "Encontro com o Professor". "Os museus estão adotando uma postura amistosa em relação à visitação e é importante que existam profissionais preparados para receber todos os públicos", observa a coordenadora de Ações Educativas do Museu Histórico Nacional, Marcelle Pereira, responsável pela REM.

Para o coordenador da Exposição Permanente da Alerj, Fabio Guimenes, os museus do estado estão em um momento de grande visibilidade, mas ainda há muito o que discutir sobre a maneira como a chamada educação não-formal deve interagir com a educação formal. "Os professores precisam fazer com que a visita guiada seja proveitosa", acrescentou Marcelle Pereira. O subcoordenador da Exposição Permanente do Palácio Tiradentes, Gilberto Catão, acredita que cabe à rede de educadores adotar políticas de aproximação com o público e instituições de ensino, e que elas devem se estender ao interior do estado. "Tenho certeza que iríamos nos surpreender se fizessemos uma pesquisa comparativa com relação ao interesse deste público. Muitas vezes, falta o acesso a um museu. A Exposição Itinerante da Alerj teve uma grande aceitação nas cidades do interior", exemplifica.

A pesquisadora do Departamento de Pesquisa e Documentação do Instituto

Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), Rita de Cássia Braga, afirmou que, ao ser convidada para coordenar o projeto "Ajuda-me a lembrar", da Prefeitura de Itaperuna, no Noroeste fluminense, percebeu a interação entre alunos e professores da rede de ensino municipal quando realizaram um levantamento da memória local da cidade. Para otimizar as visitas guiadas, a coordenadora do Programa Educativo do Espaço Oi Futuro, Cristina Becker, propôs a implantação de um programa de visitação aos domingos. Segundo ela, o fato de as visitas precisarem ser agendadas em horário comercial atrapalha os estudantes. "Se cada instituição dispusesse um domingo no mês para visitação agendada, seria estabelecido um calendário que os professores poderiam cumprir", ressalta.

Paulo Vinícius Melo, licenciando em História pela Universidade Gama Filho e estagiário no Programa Educativo da Fundação Casa de Rui Barbosa, concordou com a coordenadora. "A maioria dos meus colegas trabalha durante o dia e estuda à noite e nunca pode participar de uma visita guiada realizada à tarde", afirma.

A Alerj, que se filiou à rede no ano passado, realiza desde 1998, a visita guiada no Palácio Tiradentes. A monitoria da visita é feita por um grupo de alunos de História da Uerj. No roteiro estão o Plenário Barbosa Lima Sobrinho, o Salão Nobre, a Biblioteca D. Maria Portugal e a exposição "Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro".



Zô Guimarães

Fabio Guimenes salienta visibilidade de museus

TRABALHO

Discussão justa sobre demissões

Rafael Wallace



O deputado Paulo Ramos (centro) convidou especialistas e diretores sindicais a fim de discutir dispensas arbitrárias nas empresas

Comissão realiza audiências públicas para tratar da ratificação das convenções da OIT

NATALIA ALVES

Um amplo debate sobre as normas internacionais do trabalho. Este tem sido o principal objetivo da Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social da Alerj ao realizar audiências para discutir a ratificação das convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tratam, respectivamente, da demissão sem justa causa nas relações trabalhistas em empresas públicas e em empresas de iniciativa privada. O assunto já vem tramitando no Congresso Nacional há cerca de um ano. “O fato de as convenções estarem em tramitação no Congresso não garante que elas sejam votadas e ratificadas. Precisamos mobilizar a classe trabalhadora para defender os seus direitos. A Constituição Federal de 88 confere essa proteção ao trabalhador, mas precisa de uma regulamentação através de lei complementar”, explica o presidente da comissão, deputado Paulo Ramos (PDT).

A comissão realizou nos dias 18 de março e 29 de abril audiências bastante concorridas para aprofundar esse tema. Ramos esclarece que, para que as duas convenções tenham validade legal no País, elas precisam ser ratificadas pelos deputados federais e senadores. O pedetista comenta ainda que, concomitantemente, está em tramitação na Câmara Federal o projeto de lei complementar 289/08, de autoria do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), que regulamenta o artigo 7º, inciso primeiro, da Constituição Federal e que também dispõe sobre a despedida arbitrária do trabalhador.

Na visão do procurador João Carlos Teixeira, do Ministério Público do Trabalho (MPT), e do representante da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Carlos Eduardo Nunes,

mesmo com as garantias contidas na Constituição brasileira, a ratificação das convenções seria de grande importância. “A 151 precisa ser ratificada porque explicita o direito à negociação coletiva. Entendo que esse direito já é garantido pela Constituição, uma vez que o direito de sindicalização e greve, na minha visão, está intimamente ligado ao da negociação coletiva”, esclarece o procurador, acrescentando que as normas da OIT permitem acesso a esse tipo de negociação, porém são os países que integram a organização que devem garantir tais conquistas.

Segundo Nunes, a ratificação das convenções garantiria o término da rotatividade empregatícia. “A demissão imotivada tem resultado em mudanças constantes no mercado de trabalho. Demitir, neste País, só depende da agilidade de quem

irá redigir a carta de demissão. E, normalmente, o novo contratado tem um piso salarial inferior ao que foi demitido. Portanto a ratificação dessas convenções, e, mais ainda, o cumprimento dessa garantia constitucional diminuirão a rotatividade. O que não pode acontecer é a discussão da ratificação mascarar as garantias já existentes”, argumenta. As convenções estabelecidas em tratados internacionais só entram em vigor 12

meses após a ratificação das mesmas pelo país signatário.

Os sindicalistas comemoram as discussões. “Sabemos muito bem da vantagem que é para os patrões a não ratificação dessas convenções, porque eles vão demitindo quem já conquistou seus direitos e contratando os que ainda não têm benefícios. Os contrários à ratificação alegam que a convenção aumentará o desemprego. Mas o que percebemos é que 180 países no mundo já acolheram essa normatização e não tiveram problemas”, diz o diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Carlos Antônio. O presidente do Sindicato dos Metroviários, Carlos Paes, rememora que, há cerca de um ano, o sindicato esteve em Brasília para debater o tema.

“ Precisamos mobilizar a classe trabalhadora para defender os seus direitos ”

Deputado Paulo Ramos (PDT)

ENTREVISTA • OLNEY BOTELHO (PDT)

“Na Política, sabemos que não conseguimos avançar sozinhos”

GEIZA ROCHA

Ele começou mudando a iluminação e a calçada da rua em que tinha uma pequena empresa. Depois conquistou melhorias para o bairro, na cidade de Nova Friburgo, onde fica sua padaria, a SuperPão, hoje referência no segmento de panificação. Ciente de que a atuação como parlamentar poderia aprofundar mudanças nas regiões Serrana e Centro-Norte do estado, o empresário Olney Botelho se filiou em 2005 ao PDT. Eleito com 35.384 votos para seu primeiro mandato, Botelho é autor de duas leis: uma que busca no incentivo à floricultura o desenvolvimento fluminense e outra que estimula a leitura nas escolas a partir da criação da Semana do Autor Fluminense. “Temos que dar oportunidade aos jovens de ter acesso a um bom ensino”, acrescenta o deputado, que é filho do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).



Rafael Wallace

Por que o empresário decidiu entrar na Política?

Acompanhei meu pai em suas atividades junto às associações de moradores. Depois de trabalhar sete anos numa multinacional no Rio, voltei para Nova Friburgo e comprei, junto com minha família, uma pequena empresa. O bairro em que ela estava instalada era muito ruim, escuro, não tinha segurança. Começamos a melhorar a empresa, depois a calçada onde ficava a empresa, depois o bairro. Sempre com a visão de que sozinho não conseguimos avançar. Ingressei na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), fui presidente por quatro mandatos, presidi o Sindicato das Indústrias de Alimentação de Friburgo, o Conselho Deliberativo da Associação Comercial e sou vice-presidente do Conselho Deliberativo da Euterpe, banda de música

centenária da cidade. Em 2005, resolvi entrar na vida pública e ingressar no PDT. Acho muito importante esta oxigenação na Política, e que pessoas novas, que têm perfil comunitário, empreendedor, entrem na vida pública. Como empresário, você pode provocar mudanças e como presidente de entidade também, mas como político você faz com que estas mudanças aconteçam num espaço de tempo muito menor.

O senhor é autor de uma lei que busca estimular a floricultura. Por que esta preocupação?

Desde cedo, fui obrigado a olhar tudo que nos circunda, e, quando você tem esta visão macro, precisa atuar para que os setores se desenvolvam. Na questão da floricultura,

Friburgo tem uma grande participação no mercado do estado, mas precisa agregar valor ao produto. Hoje, 80% do mercado consumidor do Rio são abastecidos por São Paulo. Temos todas as caracte-

rísticas ambientais e de mão-de-obra para vender estas flores aqui, mas não temos, por exemplo, em Vargem Alta, internet e telefonia. Meu objetivo com este projeto é dar condições a estes floricultores de melhorar sua produção e de competir.

Que emendas o senhor irá apresentar ao Orçamento de 2009?

Hoje a habitação é um assunto importante na nossa região, mas precisamos trabalhar a qualificação de mão-de-obra e dar oportunidade ao jovem de se

qualificar para entrar no mercado de trabalho. A falta de oportunidade que o jovem menos favorecido tem me incomoda. Precisamos ter escolas públicas de qualidade e em horário integral para começarmos a diminuir a desigualdade a partir da educação.

O senhor preside o Instituto de Panificação e Confeitaria do estado. Quais são as demandas deste setor?

A demanda é pela qualificação e por linhas de empréstimo, e o trabalho é o de fomentar no empresário que assume este negócio a vontade de crescer. A panificação passa por um momento difícil, mas que pode vir a crescer com a criatividade desses panificadores. Não dá para ficar só vendendo pão francês e reclamando da vida. Tem que ser mais criativo, buscar atender a necessidade do consumidor.

“Acho muito importante esta oxigenação na Política, e que pessoas novas, que têm perfil comunitário, empreendedor, entrem na vida pública”